

MEDEIROS, Flavia. **Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2016.

CORPOS SEM VIDA: UMA ETNOGRAFIA EM TORNO DA MORTE E DA BUROCRACIA

Renata da Silva Cardoso¹

Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, escrito pela antropóloga Flávia Medeiros, narra a rotina de uma equipe de funcionários do Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto (IML) na produção burocrática-cartorial. As percepções da autora giram em torno das práticas cotidianas, dos preenchimentos de papéis e da rotina policial em torno dos corpos sem vida. O objetivo de sua pesquisa foi perceber como uma instituição imersa na burocracia pública-estatal, sujeita à polícia, executa o controle sobre corpos sem vida e como esses corpos mortos são produzidos por essa mesma burocracia, além de buscar compreender como tudo isso se correlaciona com a produção de verdade sobre esses mortos.

Como pontos de reflexão teórico-metodológico, a pesquisa de Medeiros teve como desafios (1) iniciar o trabalho de campo em um ambiente que ainda não havia sido explorado de modo sistemático pela antropologia, (2) ter como interlocutores agentes do poder do Estado e (3) o contato direto com cadáveres como parte do desenvolvimento do seu trabalho de campo. Os próprios interlocutores treinavam a autora a olhar os corpos buscando naturalizar determinados procedimentos e superar qualquer tipo de aflição que viesse a sentir.

Sua prática centra-se na consulta do Livro de Óbitos e na observação participante dos procedimentos da medicina-legal e do direito em torno dos corpos sem vida e na produção e circulação dos documentos que validam a morte desses corpos respondendo questões como “quem” e “a causa”. Portanto, o movimento epistemológico aplicado no processo de construção do estar morto oscila entre os saberes da medicina, da medicina-legal e do direito.

A medicina é o conhecimento hegemônico em relação aos corpos humanos e é por isso que tem a legitimidade para afirmar se um corpo está morto ou não. Já a Polícia

¹ Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia

Técnico-científica é um conglomerado de órgãos responsáveis por prestar apoio à investigação policial e à produção de provas periciais que orientam as decisões judiciais. O médico-legista é um sujeito híbrido que, ao mesmo tempo, é vinculado à área de saúde por sua formação médica e atividade direta com os corpos humanos, também ocupando espaço nas decisões judiciais quando estabelece uma verdade jurídica. Os documentos são produzidos em linguagem médica e, por sua vez, devem ser interpretados pela linguagem policial e jurídica. O laudo médico-legal, ao ser registrado, estabelece uma verdade sobre a morte de um indivíduo. As interações entre os policiais e a morte são marcadas por comentários jocosos referentes ao que observam do morto e da causa da morte. Medeiros alega que tal comportamento poderia ser entendido como agressivo ou hostil, mas que essas práticas são contextuais e que dentro do grupo é compreendida por ser uma forma de lidar com o trabalho e com o morto, algo consentido e assimilado.

Ver, cheirar, ouvir, falar e outras formas de sentir, segundo a autora, são meios pelos quais os mortos se expressam através dos vivos. Portanto, a morte é um acontecimento universal, e cada cultura atribui significados próprios para a morte e para os mortos. Sendo algo que se impõe à vida, esta etnografia mostra com maestria a morte como um acontecimento e que exige uma série de práticas para a construção do estar morto dentro da burocracia, ou seja, não basta ser um corpo sem vida, é preciso estar e ser construído institucionalmente como morto.